

Nas terras do sul: movimento, parentesco e tempo em uma colônia alemã do sul do Brasil

EVERTON DE OLIVEIRA

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v27i1p16-38

resumo Neste artigo analiso como o tempo, em uma comunidade alemã do sul do Brasil, era formado por movimentos e narrativas que nos ofereciam suas territorialidades e relacionalidades. De tradição rural e católica, as comunidades da Encosta da Serra, RS, formaram-se em meados do século XIX. Desde o início com poucas terras, os colonos lideraram com sua partilha a cada geração descendente, o que acentuou a crise do trabalho agrícola no momento em que as indústrias calçadistas chegavam a São Martinho, comunidade por mim acompanhada, no final dos anos 1970. Esse processo já foi analisado como capaz de causar o colapso do “sistema” da colônia, especialmente em relação às terras e ao parentesco. Em outra direção, apresento como preceitos elementares da ética alemã se mantiveram em movimento e instigaram outros movimentos, que traçavam os tempos das comunidades e das vilas, dispondo de suas terras, ancestral histórico e ativo da colônia.

palavras-chave Comunidades rurais; tempo; parentesco; territorialidade.

In the lands of south:

movement, kinship and time in a German colonia in southern Brazil

abstract In this paper I analyze how the time of a German community in southern Brazil – called colônia in Portuguese – was formed by movements and narratives that offer us their territorialities and relationalities. From a rural and Catholic tradition, the communities of Encosta da Serra (RS) were formed in the middle of the nineteenth century. From the outset with few lands, the inhabitants, called colonos, had to deal with their sharing with each descendant generation, which accentuated the crisis of agricultural work at the time when the footwear industries arrived in São Martinho – the community I accompanied – occurred in the late 1970s. This process has already been analyzed as capable of causing the collapse of the colônia “system”, especially in matters of land and kinship. In other way, I present that elementary precepts of colônia ethics kept moving

and instigated other movements, which was capable to trace the times of comunidades and vilas, disposing their terras, historical and active ancestral of colônia.

keywords Rural communities; time; kinship; territoriality

Apresentação

Guga já trabalha há 28 anos na mesma fábrica, aqui do centro. Disse que não tem do que reclamar, que é um trabalho e que dá dinheiro. Disse: “a gente tem que trabalhar, e não é o pior trabalho do mundo”. Mas, depois, no decorrer da conversa, percebi que para ele é um trabalho necessário, mas que não o satisfaz como a roça (...). Perguntei então se antes de trabalhar na fábrica ele já trabalhava na roça, e ele disse que sim, nas terras de dona Noêmia (...). Dona Noêmia me disse então que suas terras iam lá da estrada do Morro da Mata até lá em cima (...). Guga disse que quando se aposentar vai voltar para a roça, que é o que ele gosta de fazer (caderno de campo, 28/10/2015).

Em outubro de 2015 fazia três meses que eu havia voltado para mais um período de trabalho de campo em São Martinho¹, uma das *comunidades alemãs*² que integram o município de mesmo nome, que acabou por se tornar o centro da cidade de pouco mais de 6.000 habitantes e que fica na região da Encosta da Serra, nordeste do Rio Grande do Sul. O trabalho de campo se estendeu por pouco mais de um ano, e a conversa que tive com Guga se deu em uma das primeiras visitas que fiz às famílias da *comunidade*, boa parte das quais convivi diariamente, especialmente com os Klein de São Martinho, ramo de parentesco do qual Guga e sua mãe, dona Noêmia, faziam parte. A partir das notas de campo, o esforço analítico versará sobre os movimentos que relacionavam a territorialidade, o tempo e o parentesco entre as *famílias alemãs*. Meu objetivo é analisar, a partir dessa relação, como o tempo, enquanto uma dimensão da socialidade *alemã*, era formado por movimentos e narrativas que nos ofereciam suas territorialidades e relacionais. Minha aposta inicial, com esse artigo, é que havia uma relação entre movimento e a extensão do tempo em São Martinho, pelos percursos diários de moradoras e moradores que eram descritos como *sair de casa*, mas também como *cada coisa tem seu tempo*. Nesse mesmo movimento, compunham-se as narrativas que formavam lugares no

¹ Nome fictício. Todos os nomes de pessoas (assim como seus sobrenomes), lugares, cidades, bairros, fábricas ou comunidades diretamente envolvidas na pesquisa foram alterados. A opção foi feita em minha pesquisa de mestrado, desenvolvida na mesma comunidade entre 2011 e 2013, quando eu acompanhava a implementação de uma política pública de atendimento à saúde. Na verdade, essa foi uma das condições para que a pesquisa fosse realizada, o que, tendo continuado o trabalho de campo na mesma comunidade em minha pesquisa de doutorado, permaneci com a mesma opção metodológico-narrativa.

² As palavras em itálico são, em sua maioria, categorias que circulavam e eram partilhadas por moradores e moradoras de São Martinho. Grande parte dessas categorias estrutura a análise etnográfica e, por isso, serão desenvolvidas e problematizadas no próprio corpo do texto.

passado, muitas vezes associados às *terras de família*, ao trabalho na *roça* e à dor dispensada neste trabalho. Há algumas décadas (desde 1978), as *fábricas* foram integradas aos percursos cotidianos de *alemães* e *alemoas*, tecendo igualmente seus movimentos e suas narrativas.

O artigo estará disposto em cinco seções. Seu percurso inicia-se com 1) uma breve discussão sobre as colônias do Sul e a antropologia, assim como com a apresentação de São Martinho; 2) logo em seguida, entenderemos um pouco melhor de que modo a inteligibilidade do tempo nos auxilia para a compreensão da territorialidade em São Martinho, especialmente a partir de preceitos que implicavam *sair de casa*, assim como manter *cada coisa em seu tempo*. Esses eram: *cuidar* das tarefas rotineiras; trabalhar e; narrar o sofrimento concomitante a esse movimento; 3) seguiremos, disso, para uma análise mais pormenorizada sobre os movimentos de parentesco da *colônia*, que eram, e essa é minha aposta, movimentos pelos distintos tempos das *terras*, das *vilas*, das *comunidades*. Partirei, para tanto, da vizinhança dos Klein de São Martinho, que me permitiu observar sua *Vila*, suas *casas*, *roças* e *jardins*, assim sua relação com a aproximação e distanciamento de *parentes*, e os *bailes*, responsáveis por grande parte dos deslocamentos intercomunitários; 4) na seção seguinte, retorno para a discussão iniciada brevemente no início do artigo, aprofundando-me na discussão sobre família e parentesco em alguns trabalhos recentes da antropologia rural. Relaciono essa discussão com alguns apontamentos sobre o cognatismo das *terras* em comunidades rurais, assim como com o processo de afinização por elas efetuado, presente em São Martinho, mas ressonante em outros contextos etnográficos; 5) por fim, nas considerações finais, brevemente dedico algumas linhas à questão do tempo na *colônia alemã*, capaz de produzir, às vezes superpostos, proximidades e distâncias de parentesco, ao mesmo tempo que oferecia no horizonte a unidade referencial elementar do parentesco *alemão*, as *terras*.

Na colônia alemã

As colônias alemãs do sul do Brasil não costumaram estar entre os principais campos de interesse da antropologia. Quando o Sul, e especialmente o Rio Grande do Sul, insinuava-se nas narrativas sobre a construção ou as “raízes” do Brasil, na tradição ensaísta e na tradição culturalista do pensamento social brasileiro³, caminhava-se diretamente para os pampas, para a oligarquia estancieira, para os tropeiros capazes de cruzá-los até os cafezais do sudeste, como no clássico de Maria Sylvia de Carvalho Franco (FRANCO, 1997 [1969], p. 65-113). Na extensa coleção sobre a *História da Civilização Brasileira*, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda e Boris Fausto, o mais longo capítulo sobre o interior do

³ Almeida (2007, p. 157-158) situaria na primeira tradição autores como Sílvio Romero, Capistrano de Abreu e Oliveira Vianna, enquanto que na segunda, autores como Antônio Cândido, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Emílio Williems, Douglas Monteiro e Walnice Nogueira Galvão.

Rio Grande do Sul versa sobre as oligarquias estancieiras e a revolução farroupilha (CARDOSO, 1997, 487-505), enquanto que aos colonos do Sul é reservado um parágrafo quando se trata das regiões gaúchas (LOVE, 1997, p. 101) e mais três páginas sobre os imigrantes estrangeiros no Brasil (PETRONE, 1997, p. 127-129). Ressalva seja feita à obra de Emílio Williems (WILLIEMS, 1980 [1946]), um clássico estudo sobre assimilação e aculturação sobre os imigrantes alemães no Brasil, imbuído pelo culturalismo norte-americano e pela noção de “teuto-brasileiro”. Ressalva necessária também se dá à obra de Ellen Woortmann (WOORTMANN, 1995), realizada em uma *colônia* muito próxima a São Martinho, caracterizando-se, enfim, como a primeira etnografia e ainda principal referência sobre os colonos do Rio Grande do Sul. Configura-se um cenário no qual as colônias alemãs não podem ser situadas na história social e cultural do Brasil, uma construção que não deixou de ser compartilhada por completo por alguns antropólogos⁴ – ainda que problematizada, há algum tempo, pelo trabalho de Seyferth (1982), realizado no Vale do Itajaí⁵.

Além de se fundarem no mito das *famílias pioneiras*, isto é, os primeiros desbravadores que foram trazidos das regiões rurais e empobrecidas da Alemanha e dos quais muitos dos atuais moradores e moradoras se dizem descendentes, as *comunidades* de São Martinho não possuem um passado de “liberdade” em relação a seus territórios, pois foram, desde seu nascimento, lugares “territorializados” (OLIVEIRA, 1998, p. 54-55) pelo Estado Imperial Brasileiro do século XIX, por empresas colonizadoras formadas por antigas oligarquias estancieiras e pela Província (WOORTMANN, 1995, p. 97-100). Isso pode levar a crer em uma certa condição de imobilidade dos *colonos alemães*, já que as comunidades que se desenvolveram desde a colonização seguiram, em sua maioria, o padrão de moradia e ocupação proposto pela disposição original dos lotes, as *linhas*⁶. No entanto, já nos anos 1980, Ellen Woortmann acompanhava alguns casos de descendentes ou mesmo famílias inteiras de colonos que se moviam rumo ao Paraná e às Missões para ocuparem terras improdutivas (WOORTMANN, 1995, p. 124-127), narrando uma das pontas do nascimento do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o que pôde muito tempo depois levantar o questionamento sobre as origens da “ética do sofrimento” entre seus militantes (SIGAUD, 2000, p. 85-86; GUEDES, 2011, p. 350-351), ética, como veremos, fundamental para a inteligibilidade da vida na colônia. Mas mesmo entre os que ficaram, a *comunidade* é vivida preferencialmente a partir de uma prescrição:

⁴ Quando me interessei em estudar as *colônias* da Encosta da Serra, fui persuadido a viajar para outras paragens, já que a região por mim escolhida não era “representativa do Brasil”.

⁵ Agradeço ao parecerista ou à parecerista desse trabalho pela lembrança da obra de Giralda Seyferth.

⁶ Como ressalta WOORTMANN (1995, p. 21, ênfases no original), “o termo *picada*, ou *linha*, designa uma vizinhança rural, com sua igreja, escola e casa comercial. Originalmente, era uma picada aberta na mata, ao longo do qual se dispunham os lotes de cada colono”.

*sair de casa*⁷. Sair de casa, pôr-se em movimento pela *comunidade*, atualizar as narrativas do passado pioneiro nessas mesmas andanças, *cuidar* das tarefas usuais, conduzir-se adequadamente pelo tempo. Por isso, como um anexo à prescrição, havia sempre a observação de *cada coisa tem seu tempo*. O tempo era movimento, e o movimento muitas vezes era sofrer.

O que nos era oferecido por esse movimento era justamente a *comunidade* de São Martinho, que acabou se tornando o nome do município que agregou outras 10 *comunidades* alemãs da Encosta da Serra, criado em 1988 após a emancipação em relação ao município de Germana⁸. Para além das *comunidades* agregadas na nova municipalidade, algumas delas foram agregadas no também recente município de Nova Munique, criado em 1992. Os primeiros imigrantes encaminhados para a Linha São Martinho desembarcaram em Porto Alegre em 5 de março de 1853 e contabilizavam 55 pessoas, entre homens, mulheres e crianças. A *comunidade* passou a desenvolver nos lotes centrais da Linha São Martinho e passou a ser denominada pelo nome da linha de colonização. O padrão de crescimento das *comunidades* acompanhou a descendência de uma geração para a outra, o que acabou por estabelecer o parentesco próximo entre seus habitantes e, posteriormente, entre os habitantes de uma mesma *vizinhança*. No entanto, uma *comunidade* não era um termo vago. Era uma constituição palpável, na maioria das vezes acompanhada da construção de sua capela e da formação de uma *comunidade católica*, responsável pela administração da *comunidade*. Outro aspecto importante, era a construção de uma escola, muitas vezes no próprio espaço da paróquia. Na *comunidade* de São Martinho, a constituição de sua *comunidade católica* se deu em 1862. A partir de um processo muito similar, cada *comunidade* foi criando seu próprio aparato administrativo, um aparato burocrático-religioso, assim como um universo social que lhe era próprio, no parentesco com os demais habitantes, nas escolas comunitárias, nas celebrações religiosas e no decurso da vida comunitária.

Cotidianamente, a *comunidade* ganhava existência sendo agitada, movimentada, como esbocei acima. E isso se dava a partir de três aspectos valorados diferencialmente por moradores e moradoras: o trabalho, o *cuidado* e o sofrimento. O trabalho, sem dúvida, era a principal preocupação ética de *alemães* e *alemoas*. A dedicação ao trabalho era o principal qualificativo moral pelo qual se avaliava os demais. Mas era igualmente o modo pelo qual se dava grande parte da relação com o lado de fora das *casas*, com os *vizinhos*, com as *terras*, com as *vilas*, com o *sair de casa*, enfim. Era principalmente o que permitia o caminhar pela *comunidade*, ser visto e ver os demais, e assim constituir o mundo sensível do cotidiano. Do mesmo modo pautava e era pautado por uma temporalidade singular dos

⁷ Abordarei esse tema na seção a seguir.

⁸ Salvo sob ressalva, sempre que eu meu referir a São Martinho, estarei falando sobre a comunidade.

últimos 30 anos, desde que as indústrias calçadistas, as *fábricas*, chegaram a São Martinho, fazendo com que moradores e moradoras dedicassem horas a fio às suas funções fabris⁹, sem jamais deixar de lado, nas horas vagas, o *cuidado* com a *roça*, com o *jardim*, com a *casa* e com a *família*. E *cuidar* desses aspectos era do mesmo modo fundamental, pois nesse *cuidar* cuidava-se igualmente da estabilidade e do equilíbrio das atividades diárias, um orgulho que era acompanhado da expressão *cada coisa tem seu tempo*. E, de maneira singular, era preciso *cuidar* também das narrativas sobre as *terras*, as *vilas* e as *famílias*. Característica atrelada ao comedimento de moradores e moradoras, narrar o passado era fundamental para que não se almejasse mais do que o necessário, isso porque grande parte dessas estórias narravam o sofrimento de si mesmos ou de antepassados para construírem tudo o que têm. E como no observar aquilo que se vê é também aquilo que se escuta, essas narrativas eram estimuladas principalmente no andar pelas antigas *terras*, no olhar para o horizonte onde antigamente dispunha-se de uma *roça*, no caminhar pelas *vilas* e ver lugares que não ocupavam tempos similares.

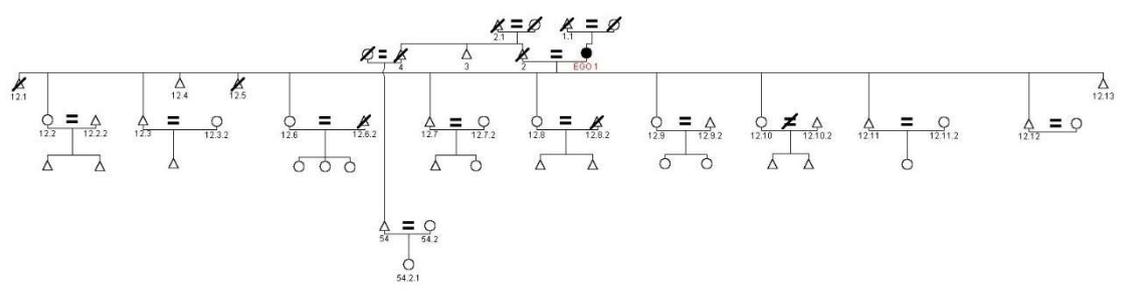


Diagrama 1: Diagrama geral do ramo Klein de São Martinho

Ego 1 – Noêmia Klein	12.5 – Bento Klein (S)	12.3.2 – Lúcia Klein [S: Weiss] (SW)
2 – José Klein (H)	12.6 – Neusa Klein (D)	12.6.2 – Raimundo Scheffer (DH)
3 – Augusto Klein (HB)	12.7 – Olavo Klein (S)	12.7.2 – Fátima Klein [S: Lindner] (SW)
4 – Otto Klein (HB)	12.8 – Hilda Klein (D)	12.8.2 – Ricardo Ducke (DH)
1.1 – S ¹⁰ : Hauser (F)	12.9 – Fátima Silva (D)	12.9.2 – Artur Silva (DH)
2.1 – S: Klein (HF)	12.10 – Marcela Klein (D)	12.10.2 – Ivair Denner (DH)
12.1 – Hugo Klein (S)	12.11 – Guga Klein (S)	12.11.2 – Denise Klein [S: Krumm] (SW)
12.2 – Vilma Back (D)	12.12 – Venâncio Klein (S)	54 – João Klein (HBS)
12.3 – Décio Klein (S)	12.13 – Gustavo Klein (S)	54.2 – Marta Klein (HBSW)
12.4 – Fagner Klein (S)	12.2.2 – Túlio Back (DH)	54.2.1 – Jéssica Klein (HBSD)

⁹ Segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Calçadista de São Martinho, as indústrias calçadistas empregavam, em fevereiro de 2016, 1008 funcionários e funcionárias, dos quais 707 eram sócios ou sócias do Sindicato. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (CAGED/MTE, 2016), em março de 2016 haviam 949 empregados nas indústrias calçadistas de São Martinho, o que representava 51,54% dos empregos formais do município, porcentagem muito maior que a do comércio, 10,75%, em expansão nos últimos anos.

¹⁰ *Siblings*, já que para a geração ascendente em relação a dona Noêmia as informações já se tornavam escassas.

Uma questão de tempo

Quando parti para um novo período de trabalho de campo optei por me instalar na colônia, em uma de suas *comunidades*, São Martinho. Eu havia me mudado justamente para as *terras* dos Klein. Os Klein eram um grande ramo de parentesco (ver o Diagrama 1, acima) espalhados especialmente pela área do Centro que margeia o arroio da *comunidade*, e que estabeleciam parentesco com os Krumm, os Hauser, os Ducke e os Gross – este talvez o maior ramo de parentesco de São Martinho. Os Klein das *terras* do Centro descendiam de uma *família* de treze filhos de dona Noêmia Klein, de 85 anos, e seu falecido marido, José Klein, que depois estabeleceram suas próprias *famílias* e passaram a integrar um circuito de parentesco e vizinhança nas antigas *terras* que viraram terrenos e *roças* familiares. Dos onze descendentes vivos apenas três não moravam no Centro; dos que moravam no Centro, sete se tornaram meus vizinhos.

Mas os tempos da *comunidade* eram eles mesmos compostos de dimensões ou de qualidades compostas por certos movimentos que implicavam *sair de casa*, isto é, visitar *parentes* e *vizinhos*, *cuidar* da roça, ir ao trabalho nas *fábricas*, ir às missas, aos funerais, ir aos *salões*, aos *bailes*, aos jardins das *vizinhas* tomar um *chima*. Do mesmo modo, *sair de casa* era sempre uma possibilidade de transpassar os tempos, o tempo de *guri*, o tempo das *famílias pioneiras*, o tempo dos antepassados, os tempos de *campanha* [política], o tempo “onde era tudo *roça*”. Esses movimentos não eram independentes entre si, como se houvesse um movimento pelo “espaço” e outro pelo “tempo”. A categoria *tempo*, como já ressaltado por Andriolli (2015, p. 170) para o caso dos geraizeiros que habitavam os “sertões” do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, era uma categoria compartilhada por moradores e moradoras de São Martinho e implicava ela mesma certas figurações¹¹ de lugar, de temporalidades e de conjuntos relacionais delimitados e acessados, como veremos, principalmente a partir das narrativas de sofrimento e do *cuidar* do dia, de suas atividades e responsabilidades que implicavam *sair de casa*. E, como uma tautologia categorial, *sair de casa* implicava justamente a boa condução do tempo, que se almejava equilibrado, noção ressonante em comunidades rurais (Cf. CARNEIRO, 2010; PEREIRA, 2009). Um tempo que não fosse somente dor, somente cuidado ou somente trabalho.

Hilda Klein falou-me disso certa vez, comentando sobre uma outra vizinha em comum que não *ganhava* tempo para seus vizinhos, o que lhe parecia beirar o absurdo, mesmo após a justificativa de que o excesso de trabalho doméstico a impedia de *sair de casa*. Pouco tempo antes, quando deixei minha casa à tarde após passar a manhã fazendo as anotações do dia anterior, duas outras vizinhas, Fátima Silva – das *terras* dos Klein, mas casada com Artur Silva – e Fátima Klein – das *terras* dos *Lindner*, mas casada com Olavo

¹¹ Sigo aqui a proposta de Nogueira (2010, p. 35) de se apropriar da noção de “figuração social” de Norbert Elias e James Scotson para tratar da realidade das conformações territoriais de comunidades tradicionais.

Klein – falaram-me: “Meu Deus! Até que enfim você deixou aquele computador! Tem que sair um pouco de casa também né! Não dá para ficar em casa o dia todo!” (caderno de campo, 16/10/2015). Quando iniciei as conversas com cada uma das *famílias* descendentes, tive que marcar apenas as duas primeiras visitas, pois as posteriores foram cobradas pelas próprias *famílias*, que me convidavam para um chimarrão, um churrasco, uma galinhada ou mesmo para uma linguíça colonial feita com um porco que haviam criado durante todo o inverno. Ser *vizinho* não era apenas estar disposto, então, a ajudar o outro: era visita-lo rotineiramente, nem que fosse na conversa pela janela. Era principalmente ter tempo para um chimarrão à tarde, e era não se destacar demais na vizinhança, como os *preguiçosos* ou os *encostados*, mas também como os esbanjadores, como o casal Reinke que acabara de retornar para a vizinhança após longo período em Germana, e que estavam “cuidando demais de seu jardim”, e “humilhando seus vizinhos” (caderno de campo, 27/10/2015).

O tempo implicava então, em São Martinho, a melhor medida da territorialidade da *colônia*. Mas esses territórios, como vem sendo ressaltado desde os anos 1990 (OLIVEIRA, 1998; GODOI, 1999; COMERFORD, 2003; NOGUEIRA, 2010; GUEDES, 2016), não se apresentavam como espaços fixos e localizados da interação humana. Implicavam, em outro sentido, uma “conformação territorial, construída na movimentação e no posicionamento relacional das pessoas nos diferentes lugares (...) Um território e uma territorialidade tecidos como uma rede” (NOGUEIRA: 2010, p. 35). As *vilas*, as *roças*, a *vizinhança*, os *clubes* e a própria *comunidade* estendiam-se assim em tempos narrados, que eram também tempos vividos já que muitas vezes as narrativas enredavam-se por deslocamentos cotidianos: um de meus vizinhos falava-me sobre a antiga extensão de suas *terras* enquanto caminhávamos pelo *mato* que havia tomado seu lugar; tempos depois, seu sogro, em outra *vila*, contando-me sobre a antiga disposição de suas *terras*, sentiu-se compelido a me levar até o lugar onde ficava sua antiga *casa*, em tempos passados. Os tempos da *comunidade*, distante de ser sinônimo “tempo presente”, apresentava-se assim como um emaranhado em que o mundo e suas narrativas compunham a mesma existência ontológica, e habitar o mundo era justamente fazê-lo em seus caminhos, pelos quais se tornava possível se aperceber de suas dimensões ao percorrê-lo e ao conta-lo (Cf. INGOLD, 2011).

As terras cognáticas e os bailes

As *terras de família* eram, sem dúvida, aquilo que mais vezes ganhava vida e contornos nesse movimento. Não havia muito tempo, Rafael Gross, dono da casa que eu alugava em São Martinho, falava-me a respeito de sua *família*, que mantinha suas *terras* logo abaixo das *terras* dos Klein. Interessava-me, àquela época, saber igualmente um pouco

mais desse grande ramo de parentesco que se encontrava em todas as *comunidades* do município, os Gross.

Rafael era natural da *comunidade* de São Martinho, como toda sua *família*. Suas *terras* faziam divisa com as dos Klein, ao norte, e com as dos Gruber, ao sul. Seu sobrenome era o mais comum dentre as famílias do município, e por isso mesmo interessava-me naquilo que parecia relacionar os ramos aparentemente distantes uns em relação aos outros. Frustrando-me logo de início, Rafael disse que não conseguia saber ao certo se mantinha parentesco com os Gross das demais *comunidades*, até porque a grafia dos sobrenomes alterava-se de uma região para outra: havia os Gross (como sua família), os Gros e os Grooss (o menos comum dentre os três). Quanto à sua família, dizia lembrar pouco de seus avós, mas referia-se com frequência a seu pai, assim como a seus dois tios e suas duas tias. Viveu a infância em uma das casas de enxaimel que se conservaram em São Martinho, onde atualmente vive uma de suas tias. Morou por um tempo em Nova Munique, retornando em 1976, quando voltou a estudar. Como quase todos de sua geração, trabalhou boa parte de sua vida nas *fábricas*, estando já aposentado. Conheceu sua esposa, Vera Gross (*alemoa*, de descendência Milch), quando ela era estagiária no Colégio Estadual Cônego Bruno Hamm, quase em frente à sua atual casa, construída pelo seu pai quando retornaram à comunidade (caderno de campo, 15/09/2016).

Se analisarmos os registros sobre a colonização da Linha São Martinho organizado pela Casa de Cultura do município, é possível observar que entre as *famílias pioneiras* os Gross estabeleciam parentesco com os Schubert, da Linha Pompeia, assim como com os Gruber. Isso, há quatro gerações de distância da geração de Rafael. O problema é que essa virtualidade não se efetuava no cotidiano, justamente porque geralmente o antepassado de referência não ultrapassava duas gerações em relação àquele ou àquela que buscava se situar entre seus *parentes*, e muitas vezes esse antepassado era o antepassado vivo – quando tal, quando capaz de personificar a ascendência das *terras* em sua figura de *o mais antigo* ou *a mais antiga*. Eu já havia observado essa relação no caso dos Klein, entre os quais dona Noêmia, acabou se tornando a *vó* para um conjunto de pessoas que estabeleciam graus de descendência e lateralidade distintos em relação a ela. Não houve qualquer um de meus vizinhos ou vizinhas que tenha citado os pais ou avós de dona Noêmia como seus antepassados, assim como pessoas de outros ramos de parentesco assumiam-se definitivamente *parentes* e descendentes da *vó*, numa relação que problematizava a aliança. Isso se dava por conta da proximidade da vizinhança, que por sua vez se fez por conta da disponibilidade das antigas *terras*, que traçaram suas relações atuais e narrativas. Quando isso acontecia eram formadas as *vilas*, e não seria forçoso dizer, portanto, que a *Vila* dos Klein era principal unidade e referência cognática de parentesco a ser estudada nesse caso. Entre os Klein, mas também entre os Gross, Gros e Grooss, nada que não fosse

as *terras* e as *vilas*, que comportavam as relações, as narrativas e o tempo partilhado por seus moradores, podia efetivamente ser utilizado enquanto referência de parentesco.

O parentesco pelas *terras* implicava, assim, como as demais dimensões da *comunidade*, uma questão de tempo. A territorialidade estava inscrita no tempo, no tempo da *vila*, por certo, mas também na capacidade de dobrar o tempo em graus de relacionalidade distintos. Tempos que há muito haviam deixado de ser partilhados eram aqueles em que costumavam habitar os *parentes*, eram aqueles nos quais as *terras* podiam ser vistas de longe. O tempo da *vila*, de outro modo, era o tempo no qual uma *casa* se fazia partilhada por um conjunto de moradores e moradoras que não necessariamente a habitavam, mas transitavam, passavam de casa em casa, e assim faziam da *casa* sempre uma pluralidade implicada na *vila*. Nesse movimento, partilhava-se o tempo e as dores, as narrativas e os silêncios. Transformava-se distantes em próximos, *primos* em *irmãos*. A ancestralidade tendia a parar bem antes das *famílias pioneiras*: não costumava ultrapassar o ancestral vivo, e quando sim, não partia para além da terceira geração ascendente. O grande ancestral eram sempre as *terras* e seus sobrenomes. E as *terras* eram cognáticas.

A característica cognática desse parentesco pode ser observada no segundo diagrama de parentesco, logo abaixo, que relaciona o parentesco e as *comunidades*. Se observarmos, não havia relação de princípio entre localidade e linearidade: Neusa Scheffer (de descendência Klein de São Martinho) (12.6) mudou-se para Nova Munique quando se casou com Raimundo Scheffer, e após o falecimento de seu marido retornou para a *vila*; do mesmo modo Marcela Klein (12.10) mudou-se para Morro da Mata quando casou-se com Ivair Denner, e permaneceu naquela *comunidade* após seu divórcio; e Olavo Klein (12.7) e Guga Klein (12.11) trouxeram suas esposas Fátima Klein (de descendência Lindner de Vila Alta) e Denise Klein (de descendência Krumm do Morro da Mata) para suas *terras*. Mas nesse mesmo movimento, Décio Klein (12.3) mudou-se para o Mirante após se casar com Lúcia Klein (de descendência Weiss) e Ricardo Ducke mudou-se para a Vila dos Klein após se casar com Hilda Klein (12.8), que por sua vez alterou seu sobrenome sem deixar suas *terras*.

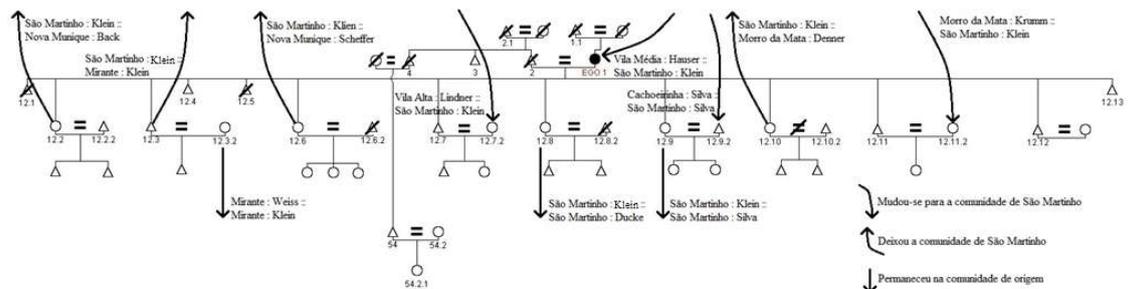


Diagrama 2: O parentesco dos Klein de São Martinho em relação às comunidades e às famílias de origem

Muitos desses deslocamentos aconteceram e aconteciam por conta dos *bailes*, que passaram a figurar como o principal modo de interação entre os habitantes de cada *comunidade* ao menos desde o início do século XX. O mais antigo dos salões de baile da *comunidade* de São Martinho que tomei conhecimento foi o Salão Gruber, da família de Agnaldo Gruber, que atualmente dá nome à Casa de Cultura no mesmo local. Agnaldo Gruber era *primo segundo* de Mauro Gruber, o que implica uma categoria já próxima a de *parente*. Foi Mauro Gruber quem me contou sobre o salão, que antes eu havia ouvido apenas de Décio Klein, um dos filhos de dona Noêmia Klein. Segundo Mauro, que nasceu em 1930, o salão já existia desde que ele era criança. Toda semana tinha *baile*, mas os bailes eram de domingo, porque se fossem de sábado o padre se queixava e não deixava o baile acontecer, com medo de que os fiéis não conseguissem acordar para a missa de domingo. Mas Mauro disse que se lembrava de ir a 2 ou 3 bailes por ano, e que isso já era uma quantidade considerável visto que em São Martinho todas as famílias viviam da *roça*. Não era como os bailes de hoje em dia, continuou, onde os *guris* podem ir toda semana, às vezes sexta, sábado e domingo. Mauro conheceu sua primeira esposa num desses bailes do Salão Gruber, e depois de se tornar viúvo acabou por conhecer sua segunda esposa em outro *baile*, na cidade de Taquara, o *baile dos idosos*, que de tempos em tempos acontece em alguma cidade da região. Quanto à sua primeira esposa, da família Jung, era da *comunidade* de São Martinho, enquanto ele era da Vila Média e posteriormente mudou-se para as *terras* dos Jung. Quanto à segunda esposa, que acabou por se mudar para São Martinho, viera de outro município, não apenas de outra *comunidade* (caderno de campo, 08/04/2016).

Mas os casos de uniões matrimoniais de duas pessoas de *comunidades* distintas que se conheceram no *baile* se repetiam durante toda a pesquisa de campo. Dona Noêmia Klein, da *família* Hauser da Vila Média, casou-se com José Klein, de Alto da Graça, depois de conhece-lo no *baile* (caderno de campo, 28/10/2015). Fátima Silva, da família Klein, filha de dona Noêmia e José Klein, conheceu seu marido, Artur Silva, de Cachoeirinha, região metropolitana de Porto Alegre, em um *baile* dos *alemães* no qual Artur veio com alguns amigos (caderno de campo, 31/10/2015). O filho de dona Noêmia que mora em sua casa, Guga Klein, conheceu sua esposa, Denise Klein, da *família* Krumm de Morro da Mata, no *baile*. E quanto a seu irmão mais velho, Décio Klein, conheceu sua esposa, Lúcia Klein, da *família* Weiss de Mirante, no *baile* (caderno de campo, 03/03/2016). E ainda hoje os *bailes*, tanto os *bailes alemães*, quanto os *bailes* dos CTGs (Centros de Tradição Gaúcha) da região, ainda são eventos onde *guris* e *gurias* se preparam com expectativa para irem, dançarem, mas igualmente, para *solteiros* e *solteiras*, encontrarem um possível namorado ou namorada, no detalhe que, na maioria dos casos, os casos iniciados no *baile* acabam se tornando noivados ou casamentos. Atualmente o colégio também acaba sendo um local de encontro de *guris* e *gurias*, especialmente no caso do Colégio Estadual Cônego Bruno

Hamm, o único colégio de ensino médio de todo o município, onde *guris* e *gurias* de todas as *comunidades* se encontram, como é o caso da filha mais nova de Olavo e Fátima Klein, de 15 anos, que por lá encontrou seu noivo, de Mirante.

A justificativa para esse deslocamento de uma *comunidade* para outra nunca era a mesma e, na maioria dos casos, tratava a preferência por pessoas de outras *comunidades* simplesmente porque elas pareceriam mais interessantes, frente àquelas que eram conhecidas desde a infância (Fátima Silva, caderno de campo, 28/01/2016). O que acabava por se estabelecer nesses casamentos era como a constituição de uma nova extensão de parentesco em relação àquela que *alemães* e *alemoas* havia experimentado até então, pois implicava a mudança para uma nova *terra*, para uma nova *vizinhança*, para um novo conjunto de parentesco próximo, assim como, na maioria dos casos, o estabelecimento de uma descendência que iria vincular definitivamente o sobrenome de uma *comunidade* ao sobrenome de outra, especialmente no casos dos homens, mas não apenas desses. A mudança para uma nova *terra*, para uma nova *casa*, era cruzada, isto é, não observa regras nem de virilocalidade, nem de uxorilocalidade. Na verdade, o que parecia reger a escolha do lugar de moradia era mesmo a disponibilidade do terreno ou da *casa*, e por isso uma *família* que ainda dispunha de grande parte de suas *terras* provavelmente traria para perto de si os filhos ou filhas após o casamento. Mas vale lembrar que havia igualmente casos raros em que o novo casal construía sua *casa* distante de ambas as famílias, assim como que a disponibilidade de *terras*, para a geração que então estava entre seus 15 e 20 anos de idade, não era a mesma para aquela que se casou entre os anos 80 e 90. Ainda assim, quando isso acontecia, o padrão de *vizinhança* passava a compor inevitavelmente com os laços próximos de parentesco, como *irmãos*, *irmãs*, *cunhados* e *cunhados*, *pais*, *sogros* e alguns *primos primeiros*. Por fim, quando isso acontecia, a descendência passava muito provavelmente, apesar de vinculada a uma *comunidade* de origem, a estar implicada a no mínimo duas *comunidades*, não apenas pelo sobrenome herdado daquele ou daquela que se mudou, mas também pela rotina de visitas, festas e trocas (especialmente de comida) que atualizavam o parentesco.

A consequência disso, e o que podemos observar abaixo no terceiro diagrama, que relaciona o parentesco dos Klein e sua *vila*, é que a despeito de uma descendência e de uma unidade geracional estabelecida pela linearidade, o que se formava era um conjunto de parentesco necessariamente mais restrito e, apenas quando informado pelo cotidiano da *vila*, com certa partilha geracional em relação a dona Noêmia Klein. Aqueles e aquelas que deixaram as *terras* de *família* deixavam de partilhar aspectos fundamentais do *sair de casa* na *vila*, necessários à atualização do parentesco, como a troca de comida, as visitas, a partilha do chimarrão no jardim, a ajuda mútua que movimentava igualmente os problemas partilhados, o trabalho, as narrativas de sofrimento que vinha à tona em cada *casa* visitada.

Em relação a esse tempo, Neusa Scheffer, Olavo Klein, Hilda Ducke, Fátima Silva, Marcela Klein (que apesar de residir no Morro da Mata visitava Fátima Silva e dona Noêmia quase todos os dias no horário de almoço das *fábricas*), Guga Klein (que residia com dona Noêmia) e Venâncio Klein tornavam-se, inevitavelmente, parentes mais próximos em relação à *casa* de dona Noêmia, ao cotidiano da *vila*. Nesse processo, cognatos como Fátima Klein, Artur Silva e Denise Klein tornavam-se do mesmo modo parentes mais próximos do que muitos de seus consanguíneos, ou mesmo de consanguíneos de dona Noêmia. Por fim, na posição estabelecida por dona Noêmia como a antepassada de referência ativa para boa parte de meus vizinhos e vizinhas, ocorre que, apenas em relação a essa descendência, seus filhos e filhas acabavam se aproximando de seus netos nessa relação, todos passavam a toma-la por *vó*, que entrou na categoria dos *antigos*, a *mais antiga* dos Klein. Para Jéssica Klein (54.2.1), isso implicava ainda caminhar para um grau de lateralidade a menos em relação a dona Noêmia, que se tornou do mesmo modo sua *vó*, e não a esposa do irmão do pai de seu pai. Isso não se aplicava à descendência daqueles que já haviam falecido, como dois de seus filhos, Hugo Klein e Bento Klein, e dois maridos de suas filhas, Ivair Scheffer e Ricardo Ducke, que passaram a habitar as *terras* enquanto narrativas, e habitavam outros tempos dessa *vila* que, vez ou outra, se faziam presentes àqueles que sofriam sua perda.

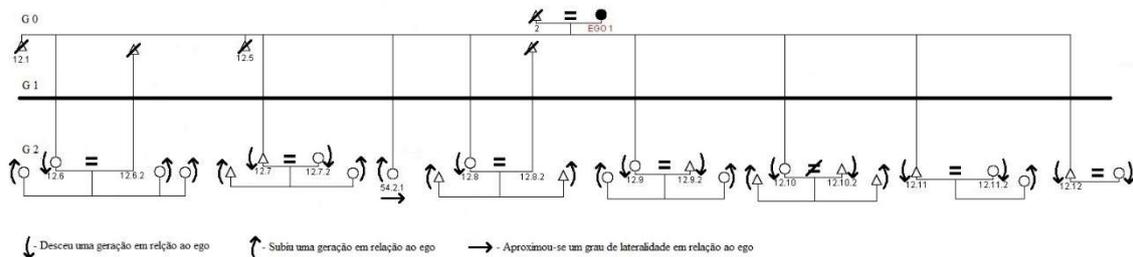


Diagrama 3: o parentesco dos Klein de São Martinho de acordo com sua vila

Por fim, é possível ainda inferir uma tendência no que toca o estabelecimento do parentesco quando esse se forma pelas *terras*, e apenas nesses casos. Ao entender o que são as *vilas*, é possível dizer que não havia uniões matrimoniais não apenas entre duas pessoas da mesma *comunidade*, mas principalmente da mesma *vila*: para além da consanguinidade ou da descendência, as *terras* proporcionavam, como vimos acima, uma relação cognática de parentesco que parecia inibir as uniões mesmo de pessoas idealmente não consanguíneas e isso parecia se estender para as *vilas* próximas, já que a relação era igualmente de proximidade, ainda que não oferecesse os laços de parentesco tal como as *terras* partilhadas. Nesse sentido, as *vilas* não pareciam oferecer um caso claro de *siblings*, o que implicaria uma descendência agnática ou uterina, mas, se me for permitido o neologismo, de *siblands*, de uma lateralidade e de uma pertença formada pelas terras

cognáticas, porque são inevitavelmente dependentes das *terras* de *família* para se fazer efetiva.

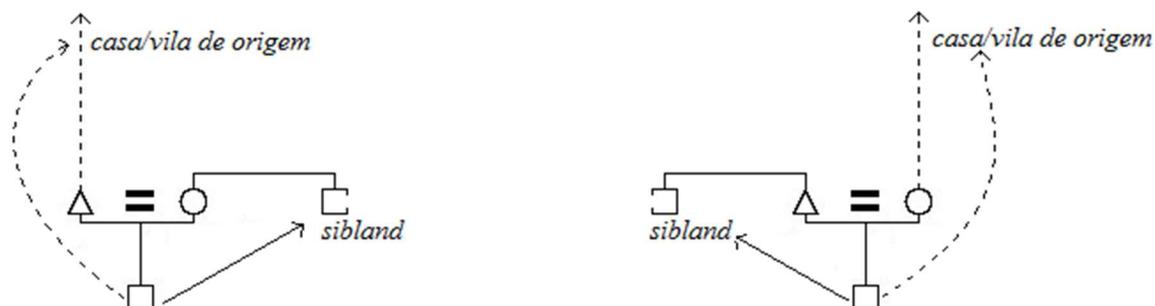


figura 1: Representação do caso Sibland

As duas representações oferecem a tendência relacional do filho ou da filha em relação às *terras* de *família* do pai ou da mãe (que chamei de *sibland*), de acordo com o lugar de residência, isto é, nas *terras* da *família* do pai ou nas *terras* da *família* da mãe. E ambas as representações não podem ser tomadas mais do que tendências, porque se aplicam apenas aos casos de parentesco que formam igualmente as *vilas*, não possuem qualquer padrão preestabelecido de descendência ou afinidade, e são abertos ao cotidiano das *vilas*, que pode frustrar essa tendência. Em todo caso, parecem resumir as situações por mim acompanhadas: se de uma união matrimonial entre um *alemão* e uma *alemoa* resulta na residência na *vila* de um dos cônjuges, e se também resultar em um filho ou uma filha que partilhará essa residência na mesma *vila*, é provável que esse filho ou filha terá como grupo de parentesco próximo seus *vizinhos*, que podem ser seus consanguíneos, mas podem igualmente ser afins, afins de afins, que lhe serão mais próximos que os consanguíneos distantes da *família* de origem do pai ou da mãe, isto é, da *vila* e da comunidade de origem de um de seus pais, mas a qual ele mesmo não partilha de seu cotidiano. Do mesmo modo, nessa relação a representação do *sibland* é aberta, porque não se trata de uma relação de avunculado. A tendência é para com a *terra* e com a *vila*, com o grupo de pessoas que partilham de seu cotidiano (precisamente uma *terra* cognática), e por isso a representação aberta e sem gênero definido desta relação, já que o número de pessoas envolvidas é igualmente variável de caso a caso. Essa tendência, por fim, parece resumir o que foi por mim acompanhado entre as *famílias* e os *parentes* que partilhavam ainda ao menos parte de suas *terras* e partilhavam do mesmo modo um cotidiano em comum, isto é, que partilhavam o cotidiano das *vilas*.

O parentesco às margens: terra, afinização e cognatismo

O termo cognático, como nos lembra Strathern (2014, p. 252-253), fora desenvolvido ainda na primeira metade do século XX, por Meyer Fortes. Um termo que se relaciona, portanto, à estruturação da antropologia social britânica, ou à sua “virada modernista”, como classificava Wagner (1974). No entanto, em sua formulação, o parentesco cognático servia como complemento ou preenchimento de uma lacuna deixada pelos modelos lineares de descendência agnática ou uterina, “relacionando pai e mãe à criança, e *sibling* a *sibling*” (STRATHERN, 2014, p. 252-253). Mas, no que realmente importavam para os antropólogos ingleses de meados do século XX, permanece nos contando Marilyn Strathern, o modelo cognático ajudava pouco, bem pouco. Não formavam grupos, não produziam todos. Até que, em 1955, Peter Lawrance publicou sua primeira monografia sobre os Garia, *Land Tenure Among The Garia*. Sem qualquer outra associação que os vinculasse a grupos fechados, a organização social parecia se basear em relações cognáticas que se ramificavam em “círculos de segurança”, na falta de outra expressão. A partir de então, e em especial nas etnografias desenvolvidas na Melanésia, o cognatismo parecia melhor representar um sistema de parentesco que parecia partir da pessoa, enquanto um compósito relacional que por vezes era singular e por vezes era plural.

O problema estava colocado: havia como pensar grupos, característica por excelência da segmentaridade de Radcliffe-Brown, nesses arranjos cognáticos? Wagner (1974) havia problematizado a questão, ao revisar sua etnografia sobre os Daribi, nas terras altas de Papua-Nova Guiné. Lá ele dizia que, fundante da antropologia social britânica, a ideia de grupo expressava muito mais nosso entendimento sobre o que as pessoas estavam fazendo, ainda que elas mesmas jamais expressassem tal organização ao antropólogo. O grupo, sonho do inglês “prototípico”, como diria Strathern (2014, p. 251) anos mais tarde, que sempre entendeu que o indivíduo precisava ser socializado pela sociedade abrangente, trazia consigo sombras de sua terra natal, como “leis”, “instituições”, “sistemas políticos”. Roy Wagner propunha, então, que entendêssemos a socialidade das terras altas de Papua-Nova Guiné. Ali, em vez de grupos segmentados, o autor observava um jogo de nomes, e não de coisas nomeadas. Os nomes distinguiam e contrastavam por si mesmos, face a outros nomes; eram dispositivos de estabelecer fronteiras. O que os nomes faziam era “elicitar” (*to elicit*) coletividades como modo de expressão geral para alguém, de forma a aludi-los indiretamente, mas não os organizando ou participando deles de forma consciente.

Na esteira da dessa proposta, Strathern (2006, p. 42-44, 151-156) problematizava a socialidade das terras altas de Papua-Nova Guiné para transitar pelos processos de diferenciação próprios aos *Hagen*. Lá, afirmava a autora, a vida social era antes um movimento entre um estado singular e um estado plural – o que, no limite, implicava que uma pessoa singular pode comportar as mesmas socialidades que o seu correlativo plural, o grupo –, do que uma divisão entre um nível doméstico e a-social e um nível político e social. Do mesmo modo, seria inexato, segundo a autora, transpor ideias de “socialização” ao caso dos *Hagen*, especialmente em imaginar que o nível político corresponderia ao universo de homens socializados e o nível doméstico ao universo das mulheres não-socializadas. O cognatismo melanésio, Strathern (2014, p. 261) concluiria alguns anos mais tarde, não implicava um holismo no qual não fossem visualizados recortes. Mas eram recortadas as próprias pessoas e relações. “Pessoas de pessoas, relações de relações – e não pessoas recortadas de relações”.

É interessante relacionar essa proposta com a etnografia que Bourdieu (2006, p. 250-287) havia realizado décadas mais cedo, entre os Cabila. O autor mostrava, naquela ocasião, como o sentimento de honra entre os Cabila podia acionar grupos a partir de um desafio lançado a apenas um indivíduo. Se o julgamento moral considerasse que o desafio ferira a honra de quem foi desafiado (um *homem*, nesse dualismo homem/honra, mulher/vergonha que viria a estruturar os estudos sobre o mediterrâneo)¹², era esperado que houvesse vingança, o que envolvia todo um grupo social considerado próximo ao ofendido, que produzisse, no limite, relações de parentesco com ele. Contudo, tal consideração não se ligava a uma genealogia precisa: o grupo familiar ganhava corpo no proceder da situação, a própria família. Esta era a questão do “ponto de honra”, o *nif*, entre os Cabila.

Entre as etnografias sobre as comunidades rurais do Brasil, parece que um cruzamento entre o cognatismo melanésio e a familiarização marginal do mediterrâneo ofereceu os caminhos, nos últimos anos, para a problematização do parentesco. Marques (2002), por exemplo, alude tanto a uma como a outra corrente em sua etnografia sobre as intrigas e questões de família no sertão de Pernambuco. As *fazendas*, por exemplo, o “*povo do Imbuzeiro*” ou “o *povo das Ermidas*” ajudavam a localizar parentes mais e menos distantes, assim como, por vezes, traços fisionômicos relacionados a esses lugares. Mas as relações faziam e se desfaziam, e ultrapassavam relações de consanguinidade e afinidade: por vezes não aparentados se aparentavam, por vezes alguém que já fora relacionado à Imburana já não mais o era. A aposta da autora, num caminho muito próximo ao de Pierre Bourdieu, era que justamente as *intrigas* que por ventura se desenrolavam entre membros

¹² Etnografias realizadas desde a década de 1960 em toda a região banhada pelo mar mediterrâneo, nas margens do continente europeu e africano. Ver, sobre isso, Marques (1999, 131-147).

que já haviam sido considerados da mesma família, ou de famílias distintas, agregavam e desagregavam tramas de sociabilidade. As solidariedades resultantes agregavam parentes distantes, transformavam próximos em inimigos, e por vezes aproximavam ramos que, de outro modo, jamais se relacionariam. Um cognatismo, afirma Marques (2002, p. 130), pelo qual as solidariedades e sociabilidades agonísticas forjavam um parentesco.

O parentesco não se apresenta, nos contextos etnografados das comunidades rurais, como um sistema, portanto. Antes, ele se insinua enquanto um movimento. Comerford (2003) dizia que a apreensão de certos territórios de parentesco na zona da mata mineira não se fazia sem os movimentos do cotidiano, sem o narrar, ouvir, observar. Nos *córregos* ou *comunidades da roça*, havia um controle minucioso do movimento, e os caminhos para esse controle se fazia sobre as terminologias do parentesco e da família. Um falar e observar que incitava a polêmica e a circulação de julgamentos morais, que permitia um mapa das sociabilidades da *roça*, uma relação também agonística – menos frequente que aquela encontrada em Pernambuco, e por isso mesmo motivo de histórias, cenas e *causos*. Nesses movimentos, do cotidiano ou não, incitavam o que o autor chamou de familiarização e desfamiliarização, que delimitava conjuntos por vezes chamados de *família*, por vezes de *parentes*.

Quase uma década antes, é preciso situar a originalidade da pesquisa de Godoi (1999) no povoado Zabelê, que viria a ser anexado, ao final dos anos 1980, ao Parque Nacional Serra da Capivara¹³, e que se vinculava, na memória de seus moradores, ao *tronco do véio Vitorino*. Diziam, aqueles e aquelas que haviam permanecido em suas *casas de morada*, que Vitorino, antigo proprietário da *fazenda Várzea Grande*, era seu bisavô, numa virtualidade quase mítica, como afirmava a autora. A partir de tradições sucessórias que jogavam com o regime da herança geodésica, com a recusa ao inventário ou a consolidação dos condomínios rurais¹⁴, as *terras* de uso comum, seus caminhos e seus *serviços*, consolidavam a todos no povoado como *parentes*. Mesmo os forasteiros eram assim afinizados, especialmente com o ritual do *passar-a-compadre*, que acontecia no *dia da fogueira*. A partir de então, alguém sempre era *parente* de alguém, e passavam a partilhar as narrativas de memória do povoado, narrativas genealógicas, que tinham como fundo o *véio Vitorino*, e eram incitadas por lugares de memória percorridos pelo cotidiano. É interessante notar que, apesar da personificação da ascendência, *véio Vitorino* e *Várzea Grande* confundiam-se no nascimento daquelas *terras*, e era através delas que uma genealogia e um possível mapa de parentesco se efetivava. Uma “afinização em potencial”

¹³ Apesar do decreto de sua criação ter sido assinado por João Figueiredo em 5 de março de 1979.

¹⁴ Unidades que não eram desmembradas, permaneciam com apenas uma matrícula de registro, mas eram divididas em unidades de arrendamento de 3 hectares, o módulo rural em São Martinho, como estabelecido pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Sobre o tamanho dos módulos rurais, ver INCRA (2013).

(GODOI, 1999, p. 123)¹⁵ instaurava alianças preferenciais no curso desse mapa de parentesco, justamente porque o *passar-a-compadre* permitia um ideal de endogamia, já que não partilhava o interdito do compadrio católico.

Nas etnografias recentes, os casos de cognatismo, aliados a um movimento de narrativas, deslocamentos e apreciações morais se repetem. Em Tourém, ao norte de Portugal, as *terras* costumam se comportar de forma muito similar a São Martinho, compondo ascendência, tempo, moralidade e relacionalidade (AMOEDO, 2014). Lá o autor dizia que não encontraríamos “um ascendente humano, digamos, mas sim, algo que se desloca para o campo do territorial-simbólico” (AMOEDO, 2014, p. 67). O *povo* dos Buracos (CARNEIRO, 2010), que *riam* de si, *riam* de seu sistema, faziam a *prosa*, as *mexidas* de cozinha, e, nesse movimento um tanto quanto tendendo ao desequilíbrio, vislumbravam *seu povo*, *povo* de algum lugar. Se levarmos em consideração a pesquisa de Andriolli (2011), temos, entrecruzada à relação de cognatismo e território, a dimensão do tempo. A diferença é sutil, já que a autora não trabalha com a noção de tempo enquanto temporalidade apenas, mas enquanto uma conformação social-territorial, fundamentando-se na noção clássica de *tempo da política* de Moacir Palmeira (PALMEIRA, 1996). Lá, no Parque Nacional Grande Sertão Veredas, entre Minas Gerais e Bahia, o “tempo dos Carneiro” eram o tempo do passado, tempo das Gerais, que vinha se revestido pelo Sertão. Naquele tempo, tempo de liberdade do *povo* das Gerais, os vizinhos estavam logo ali. Agora, entretanto, havia o *povo* do Rio Preto, o *povo* do Mato Grande, o *povo* do Cana Brava... Para se achar um *povo*, caminhava-se por mais de uma hora. Havia ainda o *povo* do Ibama, que de certo modo também faziam uso das *terras*. *Povo*, terra, tempo: um trinômio do cognatismo, incitado pelos movimentos do cotidiano.

O que parece relacionar esses trabalhos é uma afinização gradual pela cognação. Por isso vejo uma inflexão no trabalho de Emília Godoi no povoado Zabelê, se comparado mesmo ao trabalho de Ellen Woortmann (WOORTMANN, 1995) na Encosta da Serra. Ali, a autora identificava uma relação básica entre filiação e moradia, que era a descendência agnática (WOORTMANN, 1995, p. 131, 135) e a residência patrivilocal (WOORTMANN, 1995, p. 147, 162, 180). A *stammbaum* (*árvore*) e a *stammhaus* (*casa*) seriam, para a autora, o testemunho de uma descendência patrilinear, a vinculação dos descendentes sempre à linha ascendente do pai, do pai do pai e assim por diante. Havia três inflexões em seu modelo. A primeira, era o *keim*, um princípio vital ao mesmo tempo moral e corpóreo, transmitido geracionalmente em bilateralidade e de forma paralela, no esquema (FF:MF → F → S, para os filhos e, MM:FM → M → D, para as filhas). Ainda assim, as filhas que recebiam o *keim* o faziam como um “hospedeiro” (WOORTMANN,

¹⁵ Noção que não mantém relação com a noção de “afim potencial” de Viveiros de Castro (2006), como pode ser observado na nota 17.

1995, p. 144), que se manifestaria de fato no filho da filha. A segunda, era o *sangue*, noção que aproximava o parentesco das colônias a uma *kindred* (*parentela*) (WOORTMANN, 1995, p. 153), indiferenciando linhas maternas e paternas, e, no limite, as lateralidades a elas associadas. Desse ponto de vista, os casamentos, em preferência com pessoas de *keim* bom e do mesmo *sangue*, eram endogâmicos, ainda que, visto das *stammhäuse*, eram exogâmicos. A terceira, por fim, era o *compadrio*. Modo por excelência de cognação e reciprocidade em sua etnografia, ele não era assim tão cognático, já que a relação instaurada relacionava preferencialmente não apenas *parentes*, mas o irmão do pai e a irmã da mãe, que cujos seus *afilhados* provavelmente apadrinhariam seus netos, paralelamente, da mesma forma (WOORTMANN, 1995, p. 200-201). O *compadrio* informava o regime de nomeação (prenomes), assim como, em alguns casos, o regime de heranças, quando o *afilhado* era adotado pela *casa* de seu *padrinho*.

Nos três casos que flexibilizavam a tendência agnática na etnografia de Ellen Woortmann, o cognatismo aparece como suplemento às lacunas da filiação, especialmente no período em que a etnografia era realizada, um período de transição, em que tudo levava a crer na dissolução daquele sistema¹⁶. Modos de preservar a herança, modos de perpetuar o *sangue*, modos de manter coesa uma *stammhaus*. Arantes (2015, p. 69-112) já mostrava, particularmente a respeito do *compadrio*, como essa relação supria lacunas a respeito do parentesco já existente entre as pessoas envolvidas nessa relação “ritualística” e “moral”, vinculando em relações diádicas (baseadas no modelo de George Foster) que apresentavam o seguinte compromisso: $C = \{Gp/Gc, P/G\}$, onde uma das relações dentro das chaves podendo não existir efetivamente, C representava a forma geral do *compadrio*, Gp e Gc *godparent* e *godchild*, respectivamente, e P e G, *parents* e *godparents*, respectivamente. Uma relação de lateralidade, poderia ser, mas também a apaziguamento e mediadora, como nas relações patrão/cliente no interior do Brasil, narradas desde o já citado trabalho pioneiro de Maria Sylvia de Carvalho Franco (Franco, 1997 [1969]). Onde o parentesco parecia se comportar como um movimento inclusivo, “é tudo *parente*”, o *compadrio* parecia o movimento que consanguinizava o afim próximo, já aproximado geralmente pelo casamento ou pela vizinhança, como nos mostra Arantes (2015, p. 82-83). Num horizonte de afins, o cerne duro da descendência parecia lapidado pelo casamento e pelo *compadrio*, que flexibilizavam os limites da família.

As terras cognáticas, como vem sendo trabalhado nas etnografias em comunidades rurais desde os anos 1990, algumas delas acima elencadas, tendem a questionar esse sistema de afinização. Ali, *povos*, *famílias*, *parentes* parecem compor aquele gradiente

¹⁶ A autora assumia que o sistema da *colônia*, como um todo, estava próximo a um colapso, por alguns motivos: a industrialização da colônia, a divisão dos lotes após o estabelecimento do padrão igualitário de herança, a migração para as novas “fronteiras agrícolas” do Centro-Oeste e do Norte; o envolvimento de colonos no nascente Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (WOORTMANN, 1995, p. 98, 111-112, 116, 125-127, 190-192).

seriado, concêntrico e dinâmico de que nos falava Viveiros de Castro (2002)¹⁷, com todas as ressalvas possíveis. Uma delas, é a limitação problemática dessa proposta para terras territorializadas (OLIVEIRA, 1998), isto é, para aqueles territórios compostos justamente por sua relação com o fora, como o legal, o burocrático, o governamental. Não teríamos, então, o limite potencial desse gradiente. Nada que fosse sobreterritorial ou subterritorial importava muito os meus vizinhos, amigos e conhecidos de São Martinho. As *terras* eram entidades com as quais se podia relacionar, geradoras de pessoas, moral e narrativas familiares. Mas não havia um além *terra*, apenas uma relacionalidade de *terras*, que aí ofereciam não a potencialidade, mas a virtualidade dos *parentes* e *primos*. Assim, parece-me que o caso da relacionalidade *sibland* oferece uma série de posições cognáticas que jogam com afinidade e consanguinidade, e por mais angustiante que seja, não oferecia linhas de descendência constantes de caso para caso. Um jogo de proximidade e distância era realizado pelo par *terra/casa*.

Considerações finais

Um jogo de tempos, portanto. Tempo de *guri* ou tempo de *guria* e o tempo da Vila. A *casa* do tempo de *guri* apresentava-se como virtualidade que se efetuava apenas de tempos em tempos, nas narrativas de uma *judiação* já não atual, nos movimentos de visitas e retornos que, por vezes, se fazia à *família*. *Casa* de um outro tempo, era o caminho pelo qual se acessava as *terras* de *família* do tempo de *guri*, que permanecia distante temporalmente e relacionalmente. Outra relação era mantida com as *terras* das *vilas*, *terras* atuais onde a *família* e os *primos primeiros* se encontravam, consanguinidade atual do tempo de agora. Ali as *casas* eram lugares de movimento e de *cuidado*, *casas* atuais, que, no entanto, em si mesmas adquiriam pouco significado. Antes, eram dependentes dos movimentos cotidianos de cada *vila*, nas visitas que *vizinhos* e *vizinhas* faziam de *casa* em *casa*. A *família* que ali se formava integrava-se então ao movimento e ao tempo das *vilas*, partilhava o *cuidado* para com a *casa* e suas dores silenciosas, eram

¹⁷ Viveiros de Castro (2002 [1993]), questionando-se sobre a validade de se considerar os sistemas de parentesco amazônicos em torno de uma configuração dravidiana (sistemas de duas seções e alianças simétricas) – o “dravidianato sul-americano” –, problematiza a efetividade de um gradiente de afinidade nas sociedades ameríndias, buscando superar a distinção básica entre consanguíneos e afins. Viveiros de Castro (*ibid.*, p. 123) diferencia, portanto, duas ordens de fatores: uma distinção sociológica, entre cognatos e não-cognatos, que é concêntrica e contínua; e uma distinção terminológica entre consanguíneos e afins, que é categorial e diametral. Na Amazônia indígena a afinidade manifestar-se-ia, segundo o autor, ao menos de três formas básicas: 1) afinidade efetiva ou atual; 2) afinidade virtual cognática; 3) afinidade potencial ou sociopolítica. Assim, entendendo que consanguinidade e afinidade é um gradiente concêntrico, no centro do campo social estariam os consanguíneos e os afins cognatos co-residentes (englobados pela consanguinidade), na periferia estariam os cognatos distantes e os afins potenciais (por ventura consanguíneos englobados pela afinidade potencial), e no exterior os inimigos, que podem fornecer afins potenciais.

comuns a seus cognatos próximos que viam na *mais antiga* ou no *mais antigo* da vila a encarnação de um antepassado comum – que, no limite, era a própria *terra*. Esse movimento de parentesco próprio das *colônias*, dos *siblands*, de um gradiente de afinidade e consanguinidade era, do mesmo modo, um gradiente de tempos por vezes superpostos.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Mauro William Barbosa. Narrativas Agrárias e a Morte do Campesinato. *Ruris*, v.1, n.2, p. 157-186, set. 2007.
- AMOEDO, Diego. *Usos e desusos das terras de Tourém: transformações sócio-territoriais de uma aldeia rural fronteiriça entre a Galícia (Es) e Portugal*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- ANDRIOLLI, Carmen Silvia. De Gerais a Sertão: sobre casa, comida, terra e criação. In: COMERFORD, J. C. et al. *Giros Etnográficos em Minas Gerais: casa, comida, prosa, festa, política, briga e o diabo*. Rio de Janeiro: Faperj/7 Letras, 2015, p. 167-189.
- ARANTES, Antonio. Compadrio in rural Brazil: structural analysis of a ritual institution. *Vibrant*, v. 8, n. 2, p. 69-112, jul.-dez. 2011.
- BOURDIEU, Pierre. Tres Estudios de Etnología Cabilia. In: BOURDIEU, P. *Sociología de Argelia e Tres Estudios de Etnología Cabilia*. Madri: Centro de Investigaciones Sociológicas/ Boletín Oficial del Estado, 2006.
- CARDOSO, Fernando Henrique. As Províncias do Sul. In: CARDOSO, F. H. (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 415-505. Volume 4.
- CARNEIRO, Ana. *O Povo Parente dos Buracos: mexida de prosa e cozinha no cerrado mineiro*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- COMERFORD, John Cunha. *Como Uma Família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocata*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- GODOI, Emília Pietrafesa. *O Trabalho da Memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

- GUEDES, André Dumans. Lutas por Terra e Território, desterritorialização e território como forma social. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, v. 18, n. 1, p. 23-39, jan. - abr. 2016.
- _____. *O Trecho, as Mães e os Papéis: movimentos e durações no norte de Goiás*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- INGOLD, Tim. *Being Alive: essays on movement, knowledge and description*. Nova Iorque: Routledge, 2011.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Sistema Nacional de Cadastro Rural: índices básicos de 2013, 2013.
- LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade da República Velha. In: CARDOSO, F. H. (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 99-122. Volume 8.
- MARQUES, Ana Cláudia. *Intrigas e Questões. vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO (MTE). *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), Perfil do Município*, 2016.
- NOGUEIRA, Verena Sevá. *Sair pelo Mundo: a conformação de uma territorialidade camponesa*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- OLIVEIRA, João Pacheco. Uma Etnologia dos “Índios Misturados”? situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.
- PALMEIRA, Moacir. Política, Facções e Voto. In: PALMEIRA, M. & GOLDMAN, M. *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.
- PEREIRA, Luzimar Paulo. *Os Giros do Sagrado: um estudo etnográfico sobre as folias em Urucuia/MG*. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia Cultural). Rio de Janeiro: PPGSA/IFCH/UFRJ, 2009.
- PETRONE, Maria Tereza Schorer. Imigração. In: PINHEIRO, P. S. (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 95-133, Volume 9.
- SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis: FCC, 1982.
- SIGAUD, Lygia. A Forma Acampamento: notas a partir da versão pernambucana. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 58, p. 73-92, nov. 2000.
- STRATHERN, Marilyn. Partes e todos: refigurando relações. In: STRATHERN, M. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2014, p. 241-262.

- _____. *O Gênero da Dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Editora Unicamp, 2006.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O problema da afinidade na Amazônia. In: VIVEIROS DE CASTRO, E. *A Inconstância da Alma Selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2002, p. 89-180.
- WAGNER, Roy. Are There Social Groups in the New Guinea Highlands? In: LEAF, M. *Frontiers of Anthropology*. Nova Iorque: D. Van Nostrand Company, 1974.
- WILLIENS, Emílio. *A Aculturação dos Alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.
- WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. *Herdeiros, Parentes e Compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo/ Brasília: Hucitec/ Editora da UnB, 1995.

autor

Everton de Oliveira

É doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP, com mestrado em Sociologia e graduação em Ciências Sociais, ambos pela UFSCAR. É também pesquisador vinculado ao LAR, Laboratório de Antropologia da Religião, do IFCH/UNICAMP.

Recebido em 19/04/2017

Aceito para publicação em 06/09/2017